**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA**

**REGIMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE
LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA DO IFRR**

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regimento estabelece normas e diretrizes para a atuação do(a) Tradutor(a)/ Intérprete de Libras/Língua Portuguesa (TILSP) no Instituto Federal de Roraima (IFRR), com fundamento na legislação vigente: Lei nº 10.436/2002, Decreto nº 5.626/2005, Lei nº 12.319/2010 e Lei nº 13.146/2015.

Art. 2º O serviço de tradução e interpretação tem como objetivos:

- I. Assegurar a acessibilidade comunicacional e o direito linguístico das pessoas surdas;
- I. Estabelecer padrões éticos e operacionais da atuação dos TILSP;
- II. Valorizar e reconhecer a função profissional dos TILSP no contexto institucional.

TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS

**CAPÍTULO I – DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS/
LÍNGUA PORTUGUESA (TILSP)**

Art. 3º Compete ao(à) Tradutor(a) Intérprete de Libras/Língua Portuguesa (TILSP):

- I. Mediar a comunicação entre usuários da Libras e falantes da Língua Portuguesa;
- II. Atuar em atividades acadêmicas, administrativas, culturais e institucionais;
- III. Participar de formações continuadas e eventos profissionais;
- IV. Cumprir o Código de Ética da categoria;
- V. Atuar com ética, profissionalismo, respeito à diversidade, imparcialidade e compromisso com a confidencialidade.

Art. 4º É vedado ao(à) TILSP:

- I. Utilizar informações interpretadas em benefício próprio ou de terceiros;
- II. Fazer julgamentos, distorções ou interferências ideológicas durante o exercício profissional;
- III. Divulgar informações institucionais sem a devida autorização;

IV. Realizar interpretações fora do par linguístico estabelecido em concurso público.

Art. 5º O(a) TILSP deverá participar, obrigatoriamente, de programas de capacitação técnica, linguística e ética, promovidos pelo IFRR ou por instituições parceiras reconhecidas.

§ 1º As capacitações deverão ser organizadas, sempre que possível, durante o expediente regular, mediante planejamento com a chefia imediata.

§ 2º A ausência injustificada poderá ser considerada descumprimento das atribuições funcionais.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º O(a) TILSP deve ser lotado(a) na Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPNE), conforme previsto na Resolução CONSUP/IFRR nº 772/2024.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o(a) TILSP poderá ser lotado(a) em outros setores, desde que ocupem função gratificada, cargo de direção ou haja justificativa formal da gestão, com comprovação da necessidade do desempenho das atividades no referido setor.

Art. 7º Compete à CAPNE, em conformidade com o Art. 9º da Resolução CONSUP/IFRR nº 772/2024:

- I. Organizar e gerenciar as escalas de trabalho do(a) TILSP;
- II. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das atribuições funcionais do(a) TILSP;
- III. Garantir tempo adequado para preparação técnica e produção de materiais, respeitando o mínimo de 20% da carga horária para esse fim;
- IV. Assegurar os direitos funcionais, éticos e profissionais do(a) TILSP;
- V. Receber, analisar e distribuir as demandas institucionais de tradução e interpretação/interpretação, respeitando critérios de disponibilidade, qualificação;
- VI. Mediar a comunicação entre a equipe de TILSP e os setores demandantes;
- VII. Organizar escalas de trabalho para garantir atendimento mínimo de 12h diárias, quando houver número de servidores suficientes;

CAPÍTULO III – DO COMITÊ PLENO DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA (TILSP)

Art. 8º O Comitê Pleno TILSP é instância consultiva e organizacional, composto por:

- I. Um (01) representante TILSP (titular e suplente) de cada campus que possua mais de um profissional em exercício;
- II. Representante docente dos níveis e modalidades de ensino, conforme segue:

- 1 (um) do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio;
- 1 (um) do Ensino Superior;
- 1 (um) da Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- 1 (um) Educação Especial
- 1 (um) da Educação a Distância (EaD)

Art. 9º São atribuições do Comitê Pleno dos TILPS:

- I. Avaliar condutas, propor melhorias, validar escalas e práticas;
- II. Assessorar a CAPNE na implementação de políticas de acessibilidade comunicacional;
- III. Propor diretrizes para a atuação dos TILSP, em conformidade com a legislação vigente;
- IV. Promover espaços de formação continuada e troca de experiências entre os TILSP;
- V. Fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade;
- VI. Elaborar relatórios sobre demandas e desafios da tradução e interpretação de Libras no IFRR, quando solicitado pela gestão;
- VII. Articular-se com os setores institucionais visando à inclusão da comunidade surda.

TÍTULO III – DO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO

CAPÍTULO I – DO ATENDIMENTO

Art. 10 O atendimento ocorrerá preferencialmente:

- I. Em duplas, com revezamento de 20 minutos;
- II. Em escala que respeite o limite de 4h diárias de atuação em sala de aula;
- III. Dentro do par linguístico definido em edital do concurso público.

§ 1º A interpretação pode ocorrer em contextos monológicos (palestras, conferências, defesas) ou dialógicos (aulas, reuniões, atendimentos).

§ 2º Setores com atendimentos inferiores a 40 minutos podem ser atendidos individualmente, salvo recomendação contrária do intérprete responsável.

§ 3º Intérpretes com restrição médica ou funcional, impossibilitados de realizar os serviços do TILSP, poderão atuar na função de voz do surdo, durante o atendimento em dupla, mediante avaliação da chefia e da equipe de saúde ocupacional.

CAPÍTULO II – DAS SOLICITAÇÕES E PREPARAÇÃO

Art. 11 As solicitações devem ser formalizadas via e-mail institucional do representante TILSP, contendo o tema, local, horário e materiais de apoio.:

§ 1º As solicitações devem enviar, se possível, as informações nos prazos estabelecidos: 7 dias para eventos intercâmpis; 5 dias para eventos internos; 3 dias para aulas regulares; e 2 dias para materiais complementares de estudo.

§ 2º Solicitações externas, quando autorizadas, devem ser atendidas preferencialmente por TILSP que não estejam em atuação diária e em sala de aula

Art. 12 O não cumprimento dos prazos poderá resultar na não realização do serviço, salvo disponibilidade da equipe e anuência da chefia.

CAPÍTULO III – DA PRODUÇÃO E USO DE MATERIAIS

Art. 13 Todo material audiovisual produzido deverá conter a identidade visual do IFRR e os créditos dos TILSP envolvidos.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Os casos omissos serão deliberados pelo Comitê Pleno dos TILSP e validados pelo Colégio de Dirigentes do IFRR (COLDI).

Art. 15 Esta normativa entra em vigor na data de sua publicação.